

O COTIDIANO DO TRABALHO PRISIONAL E SEUS IMPACTOS SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DA VIGILÂNCIA

Abordagem: Experiência

Âmbito: Nacional

Localização: Paraná

Ano: De 2005 a 2019

Público-Alvo: Policial Penal

RESUMO

Em poucas palavras, do que se trata a experiência?

As experiências e discussões relatadas constituíram-se a partir de nossas incursões no sistema prisional como profissionais de saúde mental. São relatos e dados reunidos a partir de ações realizadas em diversas unidades prisionais ao longo de cerca de 15 anos, com alguns intervalos entre uma experiência e outra. As atividades que apresentamos são fruto de estudos exploratórios e de pesquisa-intervenção das condições e processos de trabalho dos agentes de segurança penitenciária. Desenvolvemos ações individuais e, principalmente, coletivas. Priorizamos a realização de atividades grupais em que os servidores eram convidados a conversarem e refletirem sobre o cotidiano laboral. A partir da compreensão da inseparabilidade entre trabalho e vivências subjetivas, acolhemos nos espaços individuais e coletivos relatos sobre um cotidiano prisional que produz desgastes psicológicos e causam danos nos próprios sujeitos, bem como em suas relações familiares, afetivas e sociais. As condições que delineamos são cotidianas, ou seja, não são exceções, e refletem os vínculos complexos e contraditórios entre servidores e sistema prisional.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Autores(as):

Eneida Santiago

Como surgiu a ideia?

Em geral, as ações foram constituídas a partir de dois contextos:

- Primeiro, estávamos a procura de instituições que ofertassem vagas para estágios profissionalizantes de estudantes de Psicologia nas áreas de formação denominadas de Psicologia do Trabalho e Processos de Saúde e Clínicos;
- Segundo, a Universidade foi procurada por trabalhadores e pela direção de algumas unidades prisionais com a proposta de desenvolver parcerias para intervenções direcionadas aos servidores com o objetivo de realizar projetos em resposta às ocorrências individuais e coletivas de sofrimento psíquico e físico. Conforme foi avaliado, estas ocorrências seriam ocasionadas pelo trabalho no contexto prisional. Essas ocorrências, por vezes, se traduziam em afastamentos para tratamento da saúde mental, principalmente, mas não somente, além de pedidos de desligamento das funções.

Tanto nas parcerias estabelecidas a partir da nossa procura, quanto nas parcerias instituídas pela busca espontânea das unidades, nossas ações se constituíam em um processo. Inicialmente, se realizava um estudo exploratório das rotinas de trabalho dos agentes de segurança, considerando condições objetivas e subjetivas de atuação no contexto penitenciário. De forma concomitante, havia oferta de um grupo(s) de escuta, acolhimento e suporte psicológico para os agentes de segurança. Os grupos eram chamados por nós de Grupos de Conversa. Além disso, a partir de ocorrências pontuais de rebeliões em algumas unidades, houve a oferta de suporte psicológico individual aos servidores feitos reféns.

Como era a realidade dos servidores antes da experiência ser implementada?

A partir de nossas pesquisas e experiências, notamos como é heterogêneo e complexo o campo do intramuros prisional. Neste contexto, os diversos atores sociais, por prescrições jurídicas e institucionais, são obrigados a constituírem formas de convivência mútua.

Do ponto de vista concreto, nas últimas décadas, a contratação de novos agentes de vigilância não acompanhou o crescimento da população prisional, produzindo o fenômeno de acentuado desequilíbrio entre esses grupos e aumentando a precarização do trabalho.

Do ponto de vista subjetivo, a identidade dos trabalhadores era diretamente impactada. Por acreditarem haver uma crítica negativa por parte da sociedade em relação ao trabalho que realizavam, os trabalhadores tinham dificuldade em delinear uma identidade positiva pessoal e profissional. Além disso, a questão dos movimentos da transitoriedade de servidores, em especial os temporários - que possuem vínculo de trabalho por um período limitado e têm um preparo técnico precário - impactam nas relações com os agentes efetivos. Com isso, há uma fragilização dos laços coletivos de apoio e confiança entre os trabalhadores, inclusive como medida de resistência e força concreta para intervenção e enfrentamento das quebras de segurança institucional (motins e rebeliões).

A convivência com a violência física, verbal e psicológica produzia um congelamento na capacidade de sentir, e levava a uma dessensibilização. Isso foi denunciado pelos trabalhadores como algo que saía da instituição e invadia as relações extramuros da prisão. Seja pela elevada reincidência dos apenados no sistema prisional brasileiro ou pela monotonia e ociosidade nas longas jornadas intramuros permeadas de movimentos de suspeição incentivados e atuantes institucionalmente (mas que se reproduzem também subjetivamente), havia um esvaziamento e, por vezes, inexistência de qualquer sentido que pudesse ser construído na realização do trabalho.

Quais objetivos foram pensados?

A partir de levantamentos exploratórios iniciais, foi definido a realização de intervenções grupais que denominamos de "grupo de conversas". Este tinha por objetivo identificar e analisar as vivências subjetivas relacionadas à atuação profissional no contexto do Sistema Penitenciário. A importância de investigar

o trabalho prisional se fundamenta no reconhecimento de que o trabalho de um agente penitenciário é rigidamente sistematizado, tanto com relação às aptidões requeridas quanto às atividades a serem realizadas, ao mesmo tempo em que sofre de invisibilidade social. Todas condições que colocam desafios à organização da dinâmica psíquica para os ocupantes desses postos, produzindo danos à saúde física e subjetiva deles.

Como foi o desenvolvimento da experiência?

As ações aqui relatadas foram coordenadas por docentes (psicólogos) com vínculo formal com instituições de ensino superior, tendo as unidades prisionais como parceiras. Neste contexto, os Grupos de Conversa constituíram a principal ação desenvolvida no âmbito do projeto.

Eles aconteciam semanalmente em sala restrita dentro da instituição prisional, com duração de aproximadamente uma hora e meia, em dia e horário fixos. Ao longo de todo o tempo de realização das atividades grupais, sempre consideramos como parte do processo algumas interrupções na frequência dos encontros por questões distintas, tanto da instituição quanto dos pesquisadores. Os encontros eram sempre coordenados por uma dupla de pesquisadores/coordenadores (estagiários de Psicologia do último ano da graduação), supervisionados semanalmente por um professor (profissional de Psicologia). A cada encontro do Grupo as anotações dos coordenadores eram registradas posteriormente em diários de campo pessoais, cuja guarda e manuseio eram restritos aos pesquisadores e professores.

Quaisquer dos agentes penitenciários da unidade prisional, efetivos e temporários, podiam participar dos encontros, independente da existência de queixas relacionadas à sua saúde. O perfil dos participantes costumava ser bem amplo em termos de idade e tempo de instituição. Algumas agentes mulheres frequentaram, mas os homens eram maioria. O grupo era homogêneo quanto ao trabalho realizado pelos participantes – agentes de segurança penitenciária atuando na vigilância prisional – e heterogêneo quanto aos elementos concretos e organizativos dos variados postos de trabalho e dos desdobramentos destes para os trabalhadores.

Sobre a organização prática do processo grupal, ficou acordado com os gestores institucionais que os agentes em plena jornada de trabalho no horário da atividade grupal teriam autorização para saírem de seus postos e participarem do encontro, desde que houvesse condições de “cobertura” do posto pela reorganização de outros agentes ou do chefe de segurança. Os agentes em folga no período dos encontros eram autorizados a adentrarem a instituição para a participação do grupo, e ainda eram convidados e estimulados pelos coordenadores grupais a fazerem isso. Efetivamente, poucos eram os trabalhadores em folga que participavam dos encontros. As condições práticas dos trabalhos grupais eram acordadas com os gestores das unidades, mas os pesquisadores tinham autonomia técnica sobre a condução dos processos, bem como, a responsabilidade de restrição e sigilo dos conteúdos.

Quanto ao enquadre, o grupo se organizava de forma aberta, permitindo que os interessados participassem de alguns dias, sem, necessariamente, se comprometerem em longo prazo a estarem nos demais encontros. Contudo, o acordado era de que uma vez presentes deveriam participar até o final do encontro do dia. A forma aberta foi a estratégia adotada com dois objetivos distintos: o primeiro, por parte dos coordenadores do grupo, tinha a finalidade de valorizar o desejo dos trabalhadores em estarem nos encontros grupais, rompendo qualquer tipo de cobrança da gestão institucional ou dos pares do coletivo de trabalho, pressão que efetivamente ocorreu em alguns momentos dos processos. Além disso, a forma aberta foi uma importante estratégia para contornar organizadores institucionais que poderiam limitar as participações, tais como dificuldades materiais para a “cobertura” do posto de trabalho do agente interessado em estar no grupo, as jornadas de trabalho de 12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso, que impossibilitava a presença na instituição dos mesmos trabalhadores nos mesmos dias e horários semanais, entre outros.

Esta liberdade acordada do espaço grupal aberto se traduzia em números, ora mais elevados de participantes, ora mais reduzidos. Entre participantes mais constantes e outros ocasionais ou pontuais, ao longo dos vários anos e unidades trabalhadas, os encontros grupais tiveram, em média, entre cinco participantes, sendo que o mínimo para sua realização eram dois. Quanto ao máximo de participantes em um mesmo encontro, houve um único encontro com dezessete agentes.

O contexto grupal tinha por objetivo disponibilizar um espaço de circulação e ressignificação de experiências subjetivas relacionadas à atuação profissional no sistema prisional. Consideramos haver uma inseparabilidade entre o trabalho e as solicitações de engajamento da subjetividade. Por isso, assumimos como condição fundante e analítica no processo realizado, e no relato aqui feito, que não há como produzir aproximações com as vivências subjetivas dos trabalhadores sem questionarmos os próprios processos do trabalho.

A expressão verbal e discursiva sobre as vivências subjetivas, de sofrimento ou de prazer e realização, no contexto de trabalho, pode ser alcançada por métodos associativos, através de formas e contextos em que as vivências conflituosas se expressam. Deste modo, um espaço grupal de circulação da palavra, de conversas e trocas de percepções e impressões, pode permitir a emergência dos afetos, que propicia a representação do passado, da situação atual e das perspectivas futuras. A reelaboração de representações fornece suporte à reconstituição identitária dos trabalhadores, de construção de resistências ao sofrimento e a doença, contribuindo para a manutenção da saúde mental.

Nos encontros dos Grupos de Conversa, a expressão discursiva era acolhida e problematizada a partir do viés grupal e coletivo de compartilhamento de percepções e afetos, mobilizações de sentimentos de solidariedade e esforços de ruptura de sensações individualizantes, como “somente eu sinto isso” ou “somente eu passo por isso”. Assim, o espaço coletivo permitiu estabelecer negociações e recriações de novas formas de perceber, sentir e viver intra e intersubjetivamente o trabalho e as relações sociais dentro dos muros da instituição prisional, mas também no extramuros. A apreensão atenta das falas e os apontamentos visavam desvelar o que estava subentendido nos discursos, em uma “escuta arriscada”. Esta escuta privilegiava e analisava os vínculos que uniam os trabalhadores ao seu trabalho, no contexto em que ocorriam: a instituição prisional.

Na prática da dinâmica grupal, tanto os coordenadores do grupo quanto os agentes participantes podiam propor temáticas ou questões a serem conversadas no encontro, cabendo aos primeiros coordenar as reflexões, além de fazerem intervenções buscando problematizações quanto às relações entre as questões discutidas e os possíveis âmbitos da vida que poderiam ser afetados em várias profundidades e complexidades. São exemplos de temáticas discutidas: condições materiais e imateriais do trabalho, identidade e reconhecimento profissional, laços de sociabilidade entre agentes e apenados e entre coletivo de agentes, conflitos e confrontações entre agentes e apenados, vivências de violência física e simbólica, sentimentos surgidos e ampliados a partir do cotidiano de trabalho, ociosidade e monotonia no cotidiano do trabalho prisional, exigências e desgastes físicos na vigilância prisional, entre outros.

Quais os materiais utilizados para desenvolver a experiência?

Sala com tamanho suficiente para acolher atividades grupais. Cadeiras e mesas disponíveis na sala ou que possam ser levadas para as atividades. Materiais como papéis, canetas diversas podem ser necessários, mas não são imprescindíveis.

Quais os resultados alcançados?

Ao longo do período da intervenção grupal e estudos exploratórios, os dados obtidos em consonância com

os relatos dos agentes de segurança penitenciária que participaram dos grupos demonstraram diferentes aspectos de como o cotidiano de trabalho poderia afetar sua subjetividade e sua saúde de modo geral.

Um desses aspectos era relacionado à forma como o trabalho de vigilância prisional era visto e percebido socialmente e, por consequência, como eles também eram percebidos. A identidade do agente de segurança fica fragilizada ou impossibilitada quando, em muitos dos postos de trabalho na unidade prisional, há monotonia e tédio nas repetições de tarefas simples e pouco desafiadoras, como abrir e fechar cadeados e celas por horas seguidas. Temos aí um jogo social de impressões permeadas/nutridas pela falta de informação ou confiança quanto aos servidores prisionais, em um jogo que articula os sentidos da função de agente penitenciário com algo desonroso.

A construção da identidade, no âmbito profissional, demanda a presença de reconhecimento, tanto dos pares do coletivo de trabalho quanto social. Assim, a percepção da desvalorização por ser agente de segurança também pode trazer prejuízos para a saúde mental dos trabalhadores por se sentirem socialmente solitários.

Em aprofundamento sobre como e a partir de que elementos a permanência no trabalho prisional se sustentava, alguns participantes dos grupos usavam frases como “ninguém tem o sonho de ser um agente de cadeia!”, mostrando o descontentamento com as atividades e a ausência do sentimento de realização profissional. A permanência no trabalho, diziam, ocorria pelo forte apelo da remuneração, vista como muito boa.

Os agentes efetivos disseram que o “entra e sai” de trabalhadores temporários na vigilância prisional impõe, aos que permanecem, um leque de exigências de readaptação a novos parceiros de jornadas de atividades. O que é acompanhado de receios quanto ao crescimento real da vulnerabilidade coletiva pela inserção dos novos contratados que, mesmo com a realização de treinamento técnico obrigatório, têm experiência apenas teórica.

Outro ponto de destaque é quanto às dificuldades materiais que tornavam as regras prescritas desatualizadas em comparação com a realidade carcerária do país. Na maioria das unidades em que realizamos nossos trabalhos, havia superlotação, cenário que agrava as condições de segurança dos trabalhadores pelo número de agentes ser aquém do que julgavam necessário. Realidade cotidiana de ausência ou escassez de equipamentos de proteção como uniformes, botas e rádios de comunicação interna, o que impunha dificuldades e ajustes dos trabalhadores para conseguirem realizar as tarefas determinadas.

Uma constância no cotidiano de trabalho na vigilância prisional era a presença da violência. Apenados que agrediam verbal e fisicamente outros apenados, mas também os agentes de segurança. Poucos, mas significativos, foram os episódios de agentes mantidos reféns em motins. Em todas as ocorrências, os servidores tinham sido reféns por poucos minutos de cativo. Momentos classificados como de grande impacto para a dignidade do trabalhador de segurança. Aos que foram reféns restou o retorno ao trabalho de vigilância no próximo turno institucional após a libertação, salvo se tivessem fisicamente feridos, o que não ocorreu nas situações relatadas. Nenhum suporte profissional – psicológico ou psiquiátrico – foi ofertado pelo Estado para ajudar a lidar com a experiência vivida, o que foi classificado pelos trabalhadores como abandono.

Mais do que uma vivência, a presença da violência entendida como “natural” ao presídio impõe aos trabalhadores, uma convivência que requer ser aprendida produzindo uma certa dessensibilização, como os agentes chamavam. Embates físicos, xingamentos, ameaças e outras ocorrências entre apenados e apenados-agentes. A dessensibilização, com relação à violência vivida ou presenciada, era contada pelos trabalhadores como algo que lentamente adentrava e aderida às suas subjetividades, levando a uma falta da capacidade de sentir. Muitos agentes, após anos de inserção no contexto prisional, diziam se perceber mais rígidos e distantes nos relacionamentos sociais e afetivos.

Mesmo não tendo sido reféns, a maioria dos trabalhadores relatavam variadas histórias de embates físicos com os apenados, que resultavam em hematomas e lesões graves, gerando riscos e temores para os agentes e mantendo no ambiente dos pavilhões um clima de um “vir a ser” violento, que poderia surgir, inesperadamente, de qualquer lugar. Isso causava ansiedade e suspeição constante, agravadas pelas possibilidades de falhas organizativas e operacionais que se intensificavam devido à superlotação – com a superlotação, a contagem e acompanhamento dos presos para a saída das celas para o pátio e vice-versa poderia se tornar um desafio logístico, devido à elevada desproporcionalidade entre agentes e apenados.

A prisão estabelece como obrigatório o convívio enclausurado entre agentes da vigilância e apenados. São horas diárias e sucessivas de negociações verbais e aproximações físicas. A partir da nossa experiência, percebemos o quanto tal convívio era parte primordial e de grande complexidade e adversidade no trabalho da vigilância prisional, sendo normativo quanto às suas formas e limites. No entanto, o trabalho real desafiava o seguimento do que era friamente concebido. Uma estratégia para enfrentar esta realidade era o estabelecimento de acordos coletivos de cooperação para a manutenção de um cotidiano prisional menos precário e mais suportável para todos.

Outra estratégia era quanto ao número reduzido de agentes frente ao necessário. A demanda não suprida por mais agentes produziu, nos últimos anos, um fenômeno cada vez mais recorrente nas unidades prisionais brasileiras: a alocação de apenados em funções de apoio institucional (chamamos de apenado-trabalhador), para cobrir lacunas impostas pela falta de servidores. A presença do apenado-trabalhador em alguns espaços físicos da prisão os colocava em maior proximidade física com os servidores, sem limitações de grades, como, por exemplo, quando os agentes precisavam transitar pelo corredor em que a limpeza era realizada. A proximidade física no cárcere, as normativas de atividades e funções do trabalho prisional, a precariedade das condições estruturais e relacionais de atuação e os descompassos institucionais da superlotação colocavam, de sobremaneira, a necessidade do estabelecimento dos laços de cooperação entre agentes penitenciários e apenados. Analisamos essa relação como sendo uma cooperação forçada por se construir unicamente para a manutenção da convivência segura e controlada da prisão diante de seus vários problemas.

Os laços de cooperação forçada na prisão se evidenciaram nas falas dos servidores, que identificaram esse fenômeno como nocivo e desestabilizador. Uma das dimensões desses laços seria o critério utilizado pela instituição para a atribuição aos apenados-trabalhadores das funções que realizariam em contextos de circulação de pessoas, como os corredores e outros espaços de trânsito. A atribuição era pautada pela avaliação dos chefes de segurança, em conjunto com a direção da unidade, se aquele era um “preso de confiança”, expressão de uso corrente no cárcere. Os presos de confiança eram identificados como aqueles com bom comportamento na prisão e condenação por ocorrência não-violenta, mas os agentes colocavam a ambiguidade de forma clara: como um apenado poderia ser de confiança?

A necessidade da cooperação entre agentes e apenados-trabalhadores, mesmo sem a existência de confiança, contribui para que sejam construídas respostas à complexidade e ao mesmo tempo, precariedade do trabalho. No entanto, A forte mobilização subjetiva para que os acordos cooperativos ocorressem acabava por potencializar aspectos danosos à saúde dos trabalhadores.

A obrigatoriedade de cooperarem com os apenados, ou seja, de cooperarem com aqueles que precisam suspeitar, tanto impunha aos agentes impactos na construção e manutenção de sua saúde mental quanto impossibilitava o uso da cooperação como estratégia de enfrentamento do real das condições de trabalho. Assim, considerando as contribuições da cooperação para o registro individual e social, percebia-se como tal obrigatoriedade de cooperação entre agentes e apenados forçosamente corroía a saúde dos servidores, os empurrando para o sofrimento e, deste, para o adoecimento psíquico.

A partir da compreensão de inseparabilidade entre o trabalhar e a subjetividade, afirmamos que a construção da cooperação forçada entre trabalhadores do cárcere e apenados estabelecia um contexto

altamente volátil no intramuros prisional.

Em fechamento, a partir das experiências realizadas com os grupos de converso elencamos como resultados que os agentes de segurança desenvolveram maior disponibilidade psicológica para estabelecer relações de empatia e apoio mútuo no coletivo de servidores, condições que favorecem o enfrentamento das adversidades no contexto de trabalho. Além disso, o aprendizado de ferramentas subjetivas e de maior maturidade emocional para olhar e considerar as próprias emoções, evitando e/ou diminuindo ocorrências de sofrimento e adoecimento subjetivo. Avaliamos que tais resultados poderiam, a médio e longo prazo, favorecer a diminuição de afastamento por saúde dos servidores da segurança.

Essa experiência pode ser realizada em outros lugares? Veja dicas para colocá-la em prática.

A experiência aqui relatada pode ser replicada em sua estrutura. Quanto à sua dinâmica, sugerimos atenção para alguns detalhes.

Por estrutura, nomeamos a organização da experiência em, principalmente, Grupos de Conversas Coletivas. Para os servidores, os grupos se mostram importantes por disponibilizar um espaço de reflexão e compartilhamento de estratégias para o enfrentar os desafios do cotidiano de trabalho, assim como, apoio para as dificuldades identificadas. Que a participação no grupo seja voluntária, valorizando o interesse. Mas, ao mesmo tempo, torna-se fundamental negociar com a gestão da unidade prisional formas de organização para que as atividades institucionais não fiquem descobertas.

Por dinâmica, nomeamos a perspectiva de que dados da unidade sejam utilizados para o planejamento detalhado de atividades diversas, evitando o uso de informações generalizadas. É fundamental que se considere de forma específica em cada unidade prisional em que a experiência for realizada: perfil da unidade, perfil dos agentes de segurança, dados de afastamento e ocorrências de saúde dos servidores, dentre outros.

O que os autores da experiência aprenderam com ela?

Com as experiências no contexto prisional aprendemos diversas coisas. A importância dos espaços grupais como oportunidade de dar voz e visibilidade ao cotidiano de trabalho dos agentes de segurança penitenciária. Impressionou como a instituição prisional produz impactos consideráveis na subjetividade daqueles que ali trabalham. Não são condições excepcionais, mas constantes: como a desvalorização social do trabalho do agente, comprometendo sua saúde de forma ampliada (saúde física, psicológica, social), os danos da vivência cotidiana com a violência (xingamentos, ameaças, confrontos físicos).

O que mais pode ser feito para que essa experiência siga promovendo saúde e qualidade de vida do servidor penitenciário?

A instituição prisional, por suas próprias características, objetivos e modos de funcionamento, impõe o desafio de produzir ações investigativas e interventivas de diversas ordens. Especificamente, quanto aos servidores da vigilância prisional, se torna fundamental e urgente a constituição de espaços individuais e grupais de ações de atenção à saúde mental. Que não sejam espaços pontuais, mas constantes e estabelecidos com apoio do sistema prisional. Os suportes individuais seriam para acolher questões específicas e singulares dos servidores, enquanto os espaços coletivos serviriam para que os trabalhadores pudessem se apoiar e se fortalecer enquanto grupo.

Outras informações:

Os aspectos teórico e metodológico dos processos grupais eram apoiados nas perspectivas da Psicodinâmica do Trabalho e da Psicanálise, com contribuições de embasamentos grupais clínicos no campo social. Quanto aos estudos exploratórios e analíticos das rotinas de trabalho dos agentes de segurança, em questões e conceitos forjados pelas contribuições da Ergonomia da Atividade, proveniente da corrente francófona.

Publicação online e/ou mídia(as):

Aqui você encontra as referências de todos os trabalhos que foram sendo publicados ao longo do tempo, que se referem ao desenvolvimento da experiência e que dão corpo teórico e científico para o relato em questão:

SANTIAGO, E.; ZANOLA, P. C.; HISAMURA JUNIOR, R. S.; SILVA, I. Y. M. O sentimento de medo no cotidiano de trabalho na vigilância prisional e seus impactos sobre a subjetividade dos agentes penitenciários. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 19(2), 161-175, 2016. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/140594>

SANTIAGO, E. S.; SILVA-ROOSLI, A. C. B.; DI OSTI, N. M. O trabalho do agente penitenciário na vigilância prisional: um estudo exploratório a partir das contribuições do ponto de vista da atividade. In: Peres, R.S.; Hashimoto, F.; Casadore, M.M.; Braz, M.V.. (Org.). *Sujeito contemporâneo, saúde e trabalho: múltiplos olhares*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

SANTIAGO, E. Etnografia encarcerada: notas sobre modos de ser e viver no intramuros prisional. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 18, n. 215, p. 32-43, 2019. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/46212/751375139698>

SANTIAGO, E.; BORTOLLOTTI, P.A.; BANA, A.G. Laços de cooperação forçada entre agentes prisionais e apenados no intramuros prisional. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 23, n. 2, p. 129-142, 2020. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/164380>

SANTIAGO, E. Desafios no/do percurso metodológico de mulheres pesquisadoras: reflexões subversivas da ideia de uma ciência neutra. *Interação em Psicologia*, v. 24, n. 2, 2020. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/68098>